

PROPOSTAS PARA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

São Paulo, 30 de março de 2023

Fases da Política de Valorização do SALÁRIO MÍNIMO entre 2003 e 2019

- **2004:** Centrais Sindicais lançaram a campanha de valorização do salário mínimo, o que resultou em aumentos reais entre 2004 e 2006.
- **2007:** Acordo do governo com as Centrais Sindicais para estabelecimento de política permanente de valorização do salário mínimo até 2023 (inflação do período + aumento real pela variação do PIB);
 - Antecipação da data-base a cada ano, até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010.
 - A política também previa que, em janeiro de 2012, o reajuste ocorreria segundo o INPC.
- **2015:** a MP nº 672 (24/03/2015), transformada na Lei 13.152, de 29/07/2015, estipulou a política de valorização do salário mínimo entre 2016 e 2019 como política de Estado, com as mesmas regras estipuladas em 2007 (INPC do ano anterior e PIB de dois anos anteriores).
 - A MP previa: “Art. 3º - Até 31 de dezembro de 2019, o poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2020 e 2023, inclusive.”
 - No entanto, no Congresso Nacional foi incluído, no texto da Lei, o seguinte: “...e dos benefícios pagos pelo RGPS para o período compreendido entre 2020 e 2023, inclusive”.
 - Com isso, o artigo 3º foi vetado.
- **2020:** Fim da política de valorização do salário mínimo.

Reposição da inflação e aumento real do SALÁRIO MÍNIMO - 2002 a 2022

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
Jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64

**Governos
Lula e Dilma
(2003 a 2016)**

• **Reajuste nominal:**
340%

• **INPC:**
148,34%

• **Aumento Real:** 77,18%

continua

Reposição da inflação e aumento real do SALÁRIO MÍNIMO - 2002 a 2022 (continuação)

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,39
jan/21	1.100,00	5,26	5,25	0,01
jan/22	1.176,00	6,91	6,87	0,04
Total período	-	488,0	229,0	78,7

Fonte: IBGE; DIEESE. Elaboração: DIEESE

Governos Lula e Dilma (2003 a 2016)

• Reajuste nominal: 340%

• INPC: 148,34%

• Aumento Real: 77,18%

Acerto da inflação de dezembro/2019

Resultados da Política de Valorização do SALÁRIO MÍNIMO - 2003 a 2019

- Enorme alcance: pessoas que recebiam 1 SM, como assalariados, servidores, beneficiários da Previdência e de outros benefícios sociais (abono, BPC).
- Ao elevar o piso nacional, contribuiu para reduzir as desigualdades salariais entre homens e mulheres, negros e não negros, regionais.
- Impacto positivo sobre os reajustes dos pisos salariais das diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras.
- O salário mínimo é referência para salários dos trabalhadores e trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada.
- O salário mínimo em patamar maior do que em 1990, 2000, 2010, do que no período anterior à atual Constituição de 1988 - ou seja, a política de valorização surtiu efeito.
- O SM tem relação direta com a despesa pública, via piso dos benefícios previdenciários e sociais, e com os vencimentos de servidores públicos. No entanto, parte do aumento retorna por meio da arrecadação tributária.
- O peso das despesas obrigatórias e com juros da dívida reduz a margem para investimentos que são necessários para estimular a economia e a geração de empregos. O SM contribui para alavancar o crescimento.

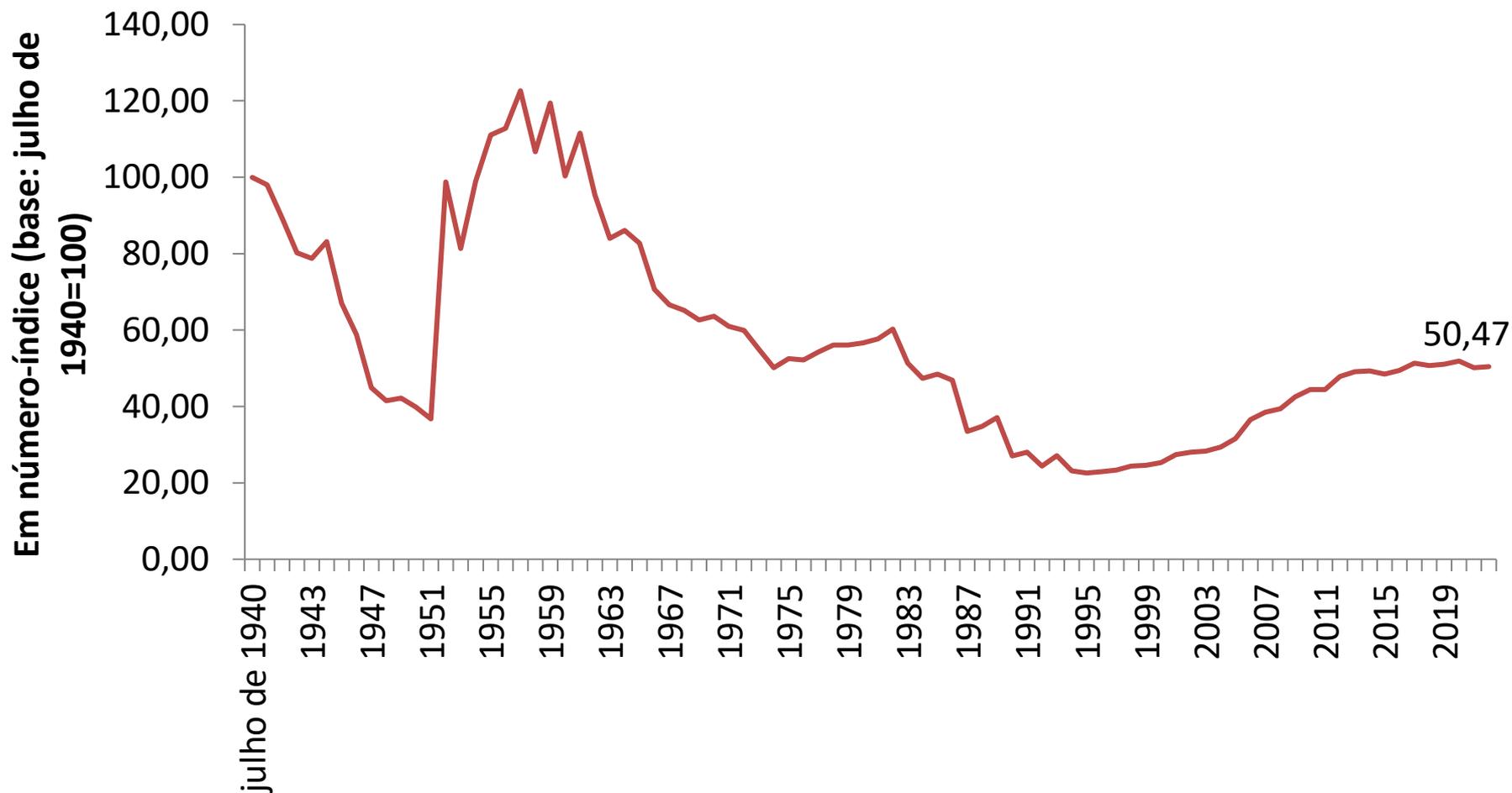
Resultados da Política de Valorização do SALÁRIO MÍNIMO - 2003 a 2019

- É reconhecida como um dos fatores mais importantes para o aumento da renda da população mais pobre e marca o sucesso de uma luta que promoveu um grande acordo salarial na história do país.
- A política estabeleceu, ao mesmo tempo, regra permanente e previsível, promovendo a recuperação gradativa e diferida no tempo, com referência, para os aumentos reais, no crescimento da economia.
- A valorização do SM induz a ampliação do mercado consumidor interno e, em consequência, fortalece a economia brasileira.
- Com o fim da política de valorização do SM, em uma conjuntura de inflação alta, quando há o repasse anual da inflação passada, sem aumento real:
 - 1) Enquanto a inflação aumenta mensalmente, o SM real vai ficando menor, o que reduz o poder de compra - que somente será recuperado lá na frente, na reposição da inflação. O aumento real ameniza essa situação.
 - 2) Mesmo com a reposição da inflação, houve perda do poder de compra em relação aos preços dos alimentos, que tiveram alta considerável e pesam muito no orçamento familiar da classe

IMPORTÂNCIA DO SALÁRIO MÍNIMO (SM)

- Passou a valer em 1940;
- Base salarial do mercado de trabalho formal;
- Piso de benefícios sociais, entre eles a previdência social (2/3 ganham SM);
- Efeito farol: associação de remunerações de trabalhadores com menor qualificação, inclusive os de fora do setor formal (SOUZA, BALTAR, 1979);
- Efeito arrasto: reajuste automático dos salários situados entre o velho e o novo valor do salário mínimo; e
- Efeito numerário, que se observa quando existe uma vinculação – formal ou informal – de remunerações superiores ao valor do salário mínimo (DIAS, 2008).
- Instrumento de combate à desigualdade: foi o SM, e não os benefícios sociais, o principal responsável pela melhora da distribuição de renda no país (Engbom & Moser, 2021);
- Mais de 60 milhões de pessoas afetadas diretamente (DIEESE, 2023);

SALÁRIO MÍNIMO REAL - JULHO DE 1940 A DEZEMBRO DE 2022



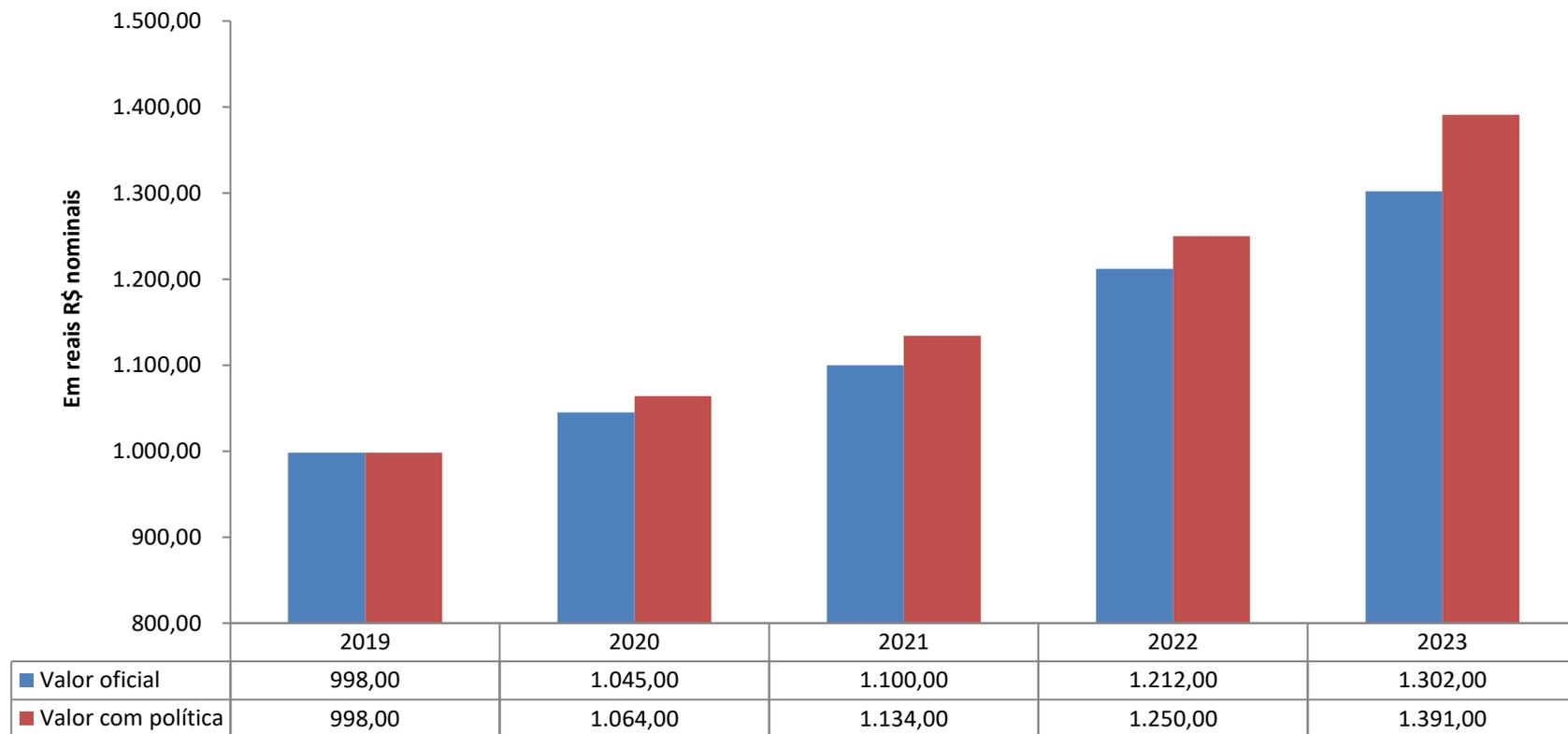
São duas as questões de discussão sobre o SM:

1. Recuperação dos valores perdidos (aumento real) pós-2019, com o fim da aplicação da fórmula definida pelo acordo com as centrais;
2. Política de valorização permanente.

CORREÇÃO DOS VALORES DO SM

- De 2003 a 2014 (governos Lula e Dilma) a valorização do SM foi de 74% (aumento real), equivalente a 4,7% aa.
- De 2003 a 2014, O Produto Interno Brutto (PIB) cresceu em média 3,5% aa.
- Desde 2020: correção somente pela inflação, não mais sendo aplicada a Lei da valorização do SM negociada com as centrais sindicais em 2006/07;
- O último ano de aplicação da política de valorização do SM foi em 2019, sendo somente reajustado pelo INPC (conforme constituição);
- Importante registrar que em 2017 e 2018 só houve a correção da inflação pelo INPC, já que o PIB foi negativo nos anos anteriores (2015 e 2016);
- Valor real atual: metade do que era quando do seu lançamento (1940);
- Valor nominal em 2023: R\$ 1.302,00
- Se a regra continuasse a ser aplicada a partir de 2019, os R\$ 1.302,00 de 2023 seriam R\$ 1.391,00, uma perda de 6,9%. (Considerando o valor de R\$ 1.320,00 já anunciado, a perda é de 5,4%);
- Para recuperar essa perda, caso se confirme o valor anunciado de R\$ 1.320, será necessário um reajuste de 1,77% ao ano, nos próximos 3 anos, além do que for acordado para a política de valorização do SM.

SM: VALORES OFICIAIS X VALORES COM APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO



POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO PERMANENTE DO SM

- O objetivo de uma política de valorização do SM deve ser a busca para que seus valores sejam suficientes para uma vida digna, conforme os princípios constitucionais;
- Mas atualmente, ele corresponde somente a 50% do valor real em comparação ao período de sua criação;
- Dessa forma, um primeiro objetivo deve ser que ele recupere seus valores, em termos reais, do que era em sua implementação, dada sua importância para as famílias de menor renda - garantiria ser ação anti-cíclica e com considerável retorno via arrecadação de impostos;
- Não se pode perder de vista a aplicação de uma correção da inflação (constitucional) somada ao PIB, que dá uma maior aproximação com o estado da economia;
- Mas é preciso acelerar essa valorização e mantê-la ao longo do tempo.

- Parâmetros da proposta:
 - Variação do PIB média do Plano Real (1994-2022): 2,4%;
 - Valor “meta”: para atingir 100% do valor real inicial do SM (de julho de 1940) atualizado para valores de dezembro de 2022, ele deveria ser de R\$ 2.441,38, uma diferença de 87,51%. Este valor corresponde a 76% da média salarial do mercado de trabalho formal;
- Para que seus valores sejam atualizados e supondo que o PIB cresça igual ou abaixo da média história do Plano Real (2,4% aa), seriam necessários **28 anos**;
- Caso haja uma média de crescimento do PIB superior a 2,4%, este tempo pode ser reduzido;
- Se considerado metade do **Salário Mínimo Necessário** do DIEESE, com valor atual de R\$ 3.273,89, seriam necessários **34 anos**;
- A política de **piso**, garante uma valorização permanente na direção de cumprir os preceitos constitucionais de manutenção com dignidade da vida e coloca uma meta de crescimento para a política econômica perseguir.

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO PERMANENTE DO SM – “PISO”

- As perspectivas para os próximos anos (mantida as condições atuais) são de baixas taxas de crescimento tanto pela atuação do BC independente como pela herança problemática deixada pelo governo antecessor;
- A política de valorização do SM deve prever alguma forma de “**piso**” para garantir **aumento real** mesmo em casos no qual o PIB for zero ou negativo (efeito contra cíclico) ou inferior ao piso;
- **Proposta para os próximos 3 anos:** manutenção da fórmula anterior (INPC + PIB de 2 anos atrás + 2,40% aa (delta referente a recuperação da perda da não aplicação da política de 2019 a 2022, mais 0,6% de impulso)
- **Proposta de longo prazo:** a manutenção da fórmula anterior (INPC + PIB de 2 anos atrás, tendo definido um “piso” para esse PIB (2,40%)

Aplicado ao SM o maior valor obtido pelo PIB

Desse modo, poderíamos corrigir a rota da PVSM desenhada em 2007.

Como funcionaria a POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SM NO GOVERNO LULA – “CORREÇÃO + DELTA”

- Considerando que o SM teve uma valorização real de 4,7% ao ano no período de 2003 a 2014 (2 governos Lula e 1 governo Dilma);
- Considerando a perda de valor do SM pela não aplicação da regra de 2019 a 2022- governo Bolsonaro de 5,4% caso o valor de 2023 se eleve para R\$ 1.320;
Sendo essa diferença de 5,4% paga em 3 anos, corresponderia a 1,77% ao ano.
- Considerando a necessidade de acelerar o alcance da meta (recuperar o poder aquisitivo do SM de 1940), acrescenta-se um delta de 0,63%, totalizando 2,4% aa
- Nos próximos 3 anos (2024, 2025 e 2026) seria:
 - 2024: INPC + PIB de 2022 (2,9%) + 2,40%
 - 2025: INPC + PIB de 2023 (projeção BC de 1,2%) + 2,40
 - 2026: INPC + PIB de 2024 (projeção Focus de 1,5%) + 2,40

Uma média de Valorização (aumento real) de 4,3% aa (2024 a 2026)

Como funcionaria a POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SM no Longo prazo (piso e delta)

- Considerando o piso de 2,40% aa, teria um “delta” móvel, correspondendo a diferença entre 2,4% (Piso que considera a média de crescimento econômico do plano real até 2022 – 29 anos) e a variação do PIB verificado para efeitos de aplicação no reajuste do SM:

$$\Delta = 2,4 - \text{PIB}$$

- Esta fórmula valeria para o caso de a variação do PIB ser menor que 2,4%. Se for maior, valeria o repasse integral do crescimento do PIB (vale o que for maior);

Exemplo: Tendo os 2,4% como piso e considerando perspectiva de crescimento de 1,5% do PIB em 2024 (boletim Focus), o d “delta” ficaria da seguinte forma:

$$\Delta = 2,4 - 1,5 = 0,9$$

- Ou seja, no período em questão, o Δ (delta) seria de 0,9%, garantindo um ganho mínimo de 2,4% de reajuste real, independente do quadro econômico de baixo crescimento;